

LARGO DO ROSÁRIO

*Do arraial dos pretos
à cidade dos brancos*

Mauro Luiz da Silva
organização



Há tempos, algo se move por baixo da cidade de Belo Horizonte.

Desde os primeiros relatos de Padre Mauro sobre o Largo do Rosário, minha cabeça é povoada por imagens incríveis: a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos rompendo o asfalto, emergindo do cruzamento entre a rua da Bahia e a Timbiras. As almas de homens e mulheres libertas saindo do fundo da terra e encaminhando a cidade para um outro tempo.

Escavar as memórias é mesmo uma artimanha poderosa. Remexer os movimentos de apagamento e movimentar as dinâmicas de poder para desenterrar outras tantas histórias que a história oficial tentou soterrar. Em uma capital fundada nas escoras da colonialidade, desvelar esse passado não é pouca coisa. Se somos começo, meio e começo, como ensinou Nego Bispo, trata-se de um chamado ancestral pela continuidade da vida.

LARGO DO ROSÁRIO

Do arraial dos pretos à cidade dos brancos

Mauro Luiz da Silva
organização

Dizem os irmaous da Irmandade de N. Senhora do Rozario dos pretos do Arraial, Freg^a de N.S. da Boa viagem do Curral d'El Rei q. tem Feito árdua custa, e com muita despesa uma Capella, que sustentam e paramentam, *para háí ter a Santíssima Senhora louvada*, e são dignos de que N. S. R. lhes conceda a confirmação da mesma *Capella e as sepulturas da mesma para os irmaous da mesma Irmande* sem o ônus para a Fabrica da Matriz o que se tem concedido a outras semelhantes Irmandades dos pretos em Capella própria e principalmente nos da Real Vila do Sabará, e que do mesmo modo tem posto a limpo o Compromisso, q junto offerecem para os mesmos irmaous da Irmandade [?] bem afim de obterem a Real confirmação, q humilde pr.e pedem* (Solicitação,1807, p. 1, grifo nosso).

* Transcrição do texto original da carta enviada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos a Dom João VI, em 1807. Autoria de Wanessa Lott. 07.04.2021.

1. Solicitação feita pela Irmandade a Dom João VI (1807)

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa/Portugal.

Dize[m] os irmaos da Terceira de N. S.
 ultima de Pecario dos prates de Anual, e Terceira
 N. S. da Navegao de Litoral e Elheis q[ue] s[er]o[m]
 fute adua custo, e com m[an]da[m]to de sua Capel-
 la, q[ue] sustentae, e provimento p[er] ahi m[an]da[m]to
 m[an]da[m]to de sua Louçada, e sua dignos de q[ue] N. S.
 R. His conceda a Confirmação da m[an]da[m]to Capella,
 cas Sypulturas da m[an]da[m]to p[er] os irmaos da m[an]da[m]to
 Terceira. Com ouso p[er] a Tabua da e h[er]eiz,
 e q[ue] se tem concedido acoutos da m[an]da[m]to Terceira
 dos prates em Capella propria, e p[er] m[an]da[m]to de
 da R. N. S. de Sabará: e q[ue] de m[an]da[m]to modo tem
 parte alimpe e Compromisso, q[ue] junto of-
 ferem p[er] m[an]da[m]to Terceira da Terceira. Placem
 assim de obtidim a Real confirmação, q[ue]
 humilde p[er] pedem.



com o
 Don[de]

V. S. M.

Organização e Pesquisa **Mauro Luiz da Silva**

Apoio à Pesquisa **Cleiton Gomes da Silva, Fernando Walter da Silva Costa e Thiago Alfenas Fialho**

Edição **Emanuela de Avelar São Pedro**

Revisão **Bebel Nepomuceno**

Design Editorial e Capa **Samanta Coan**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Aline Grazielle Benitez - CRB-1/3129

Largo do Rosário: do arraial dos pretos à cidade dos brancos / organização Mauro Luiz da Silva. -- Belo Horizonte, MG: Agência de Iniciativas Cidades, 2024.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87808-52-9

1. Belo Horizonte (MG) - Descrição 2. Belo Horizonte (MG) - História 3. Negros - Brasil - Condições sociais 4. Racismo 5. Relações étnico-raciais I. Silva, Mauro Luiz da.

24-245655

CDD-981.51

Índices para catálogo sistemático:

1. Belo Horizonte : Minas Gerais : História 981.51
-

Projeto NegriCidade

negricidade.com.br

negricidade@gmail.com

@negricidade



Este livro faz parte do NegriCidade: Resgate do Território Negro do Largo do Rosário (Belo Horizonte - MG), projeto realizado com recurso do Ministério da Igualdade Racial/Governo Federal, via emenda parlamentar indicada pela ex-deputada federal Aurea Carolina na Lei Orçamentária Anual 2023.

SUMÁRIO

- 9** *Prefácio*
Cleiton Gomes da Silva
- 11** *Olhar de jabuticaba*
Mauro Luiz da Silva
- 17** *O Largo do Rosário*
Mauro Luiz da Silva
- 31** *Memórias e territórios*
Mauro Luiz da Silva
- 41** *Arqueologia por outras histórias*
Fernando Walter da Silva Costa, Scott Joseph Allen,
Jorge Luís Porsani e Letícia Moura Simões de Souza
- 49** *O difícil e necessário caminho da reparação*
Mauro Luiz da Silva e Emanuela de Avelar São Pedro
- 59** *Outras jabuticabas*
Mauro Luiz da Silva
- 63** *Referências*

PREFÁCIO

Cleiton Gomes da Silva

Essa publicação, nos faz refletir sobre a formação e referências históricas na descentralização do território urbano de Belo Horizonte e investiga a importância dos fenômenos que decorrem desde o extinto Arraial do Curral Del Rey até a contemporaneidade, oferece um momento propício para algumas análises históricas. Igualmente, oferece à sociedade atual mecanismos capazes de aprofundar os conhecimentos sobre a segregação sucedida do arraial dos homens pretos à capital dos brancos.

Por vezes, as sociedades e suas instituições procuraram se adaptar às novas e inevitáveis reconfigurações sociais e culturais que se apresentavam de formas sucessivas no decorrer do tempo, cada momento guardando suas próprias especificidades, gerando perguntas e respostas para novos problemas sociais que se impunham.

Ao longo da história, verificam-se apagamentos e cerceamentos das populações originárias, que são reproduzidos e adaptados às novas configurações sociais, culturais e urbanísticas, repetidamente eugenistas. A cada passo da investigação, os pesquisadores e criadores desta obra foram trazendo novas referências e novos estudos que, neste momento, compartilhamos com todos.

São estudos tecnológicos e científicos com base na arqueologia, em investigações documentais, elementos históricos, entrevistas, coleta de dados, reunidos cautelosamente, sem negligenciar a cadeia histórica dos acontecimentos acerca do assunto em foco. Os estudos foram baseados em fatos, narrativas e atores, processo entendido como um fenômeno de resgate.

Em 2018, foi criado o Projeto de Pesquisa NegriCidade, pelo cientista social Mauro Luiz da Silva, originado de ação promovida pelo MUQUIFU, Museu dos Quilombos e Favelas Urbanas, com o objetivo de investigar, coletar, documentar e reunir informações que revelassem dados históricos que, por muitas décadas, foram negligenciados. O Projeto NegriCidade é

fomentador de debates, seminários, grupos de discussões, artigos relevantes relacionados ao patrimônio, memória e identidade histórica belorizontina.

Eu proponho, a cada leitor, que dedique uma atenção especial e que se permita ser provocado, afetado pelas informações contidas nesses textos que escancaram, intencionalmente, diversas ações racistas no planejamento urbano e social na cidade de Belo Horizonte. Este livro permite ao leitor fazer uma breve e profunda análise sobre as violências sofridas pelas populações negras e indígenas, não apenas em Belo Horizonte, mas por todo o nosso país. Que cada leitor possa acessar e investigar outras histórias impactantes que, por muitas vezes, são apagadas, como estratégias cruéis, ações de violências institucionalizadas e banalizadas.

Há, para além do livro *“Largo do Rosário, do Arraial dos pretos à cidade dos brancos”*, elementos de denúncias e reivindicações políticas antirracistas, o que implica participação ativa dos sujeitos em todos os setores e níveis da nossa sociedade. É uma convocação para revisarmos e reconstruirmos novos caminhos e histórias.

OLHAR DE JABUTICABA

Mauro Luiz da Silva

Das memórias da minha infância, destaca-se uma experiência que precisa ser revisitada. Ante o olhar de hoje, já mais amadurecido, posso perceber o quanto reflete quem sou agora. Não se trata de uma memória apenas individual e nem a mais antiga, mas, certamente, uma das mais emblemáticas. Na casa dos meus avós paternos, José da Silva Madalena¹ e Maria José da Silva Campos², havia duas esplêndidas jabuticabeiras que reinavam plenas em um espaço privilegiado, uma espécie de “Jardim do Éden”.

A matriarca nos convidava para o “Dia da Colheita das Jabuticabas”. O que, inicialmente, parecia ser mais um evento familiar, apresentou-se como uma experiência inesquecível. As jabuticabeiras ficavam nos fundos da casa e eram cercadas por uma tela de proteção, cujo acesso era permitido apenas aos adultos ou às crianças acompanhadas. Nesse mesmo local, eram cultivadas violetas, avencas e outras espécies de plantas, como uma coleção, um jardim secreto. A memória hoje revisitada nos revela que havia também um aquário, com uma tampa rústica de madeira, coberta de musgos, insetos e folhas caídas das jabuticabeiras.

Quando a família se reunia em torno das jabuticabeiras, a matriarca estabelecia: *“apenas os meninos maiores podem subir nas árvores para a colheita”* e, assim, eles nos lançavam as frutas da forma mais democrática possível.

1 Nasceu em Cachoeira do Campo/ MG, em 25.10.1902. Chegou à nova capital, recém-inaugurada, em 1916, aos 14 anos. Trabalhava como carroceiro e morava na casa de um irmão, Arlindo, onde hoje é a Rua Tomé de Souza, atrás do Palácio da Liberdade que, à época, estava em fase de acabamento. De acordo com relato do meu pai, meu avô teria transportado materiais para a construção dos jardins do Palácio.

2 Nasceu em Bonfim/MG, em 02.03.1904. Chegou à nova capital em 1916, aos 12 anos. Trabalhava como doméstica e morava na casa dos patrões, na Rua Gonçalves Dias, esquina com Rua da Bahia. “Era empregada doméstica, babá dos filhos de gente importante”, nos dizeres do meu pai, que completa sua narrativa informando que o casal teria se conhecido “ali mesmo, caminhando na Praça da Liberdade”.

Contrariados, o sentimento que nos invadia era o de ser provocados por aquela experiência única. Recordo a ansiedade para conseguir pegar algumas deliciosas jabuticabas que passassem voando por perto, já que não era tarefa fácil chamar a atenção dos meninos maiores em meio a toda a algazarra que se formava, nem agarrar, com êxito, todas as jabuticabas lançadas.

Pois bem, estabeleço aqui um paralelo entre a colheita das jabuticabas e esta pesquisa: as jabuticabas e os meninos, assim como as informações e as pessoas interlocutoras, nos foram lançadas visando capturar uma jabuticaba grande, madura e doce. Nos foram exigidas habilidades e destrezas específicas: atenção, concentração e perseverança.

Os ensinamentos advindos do “Dia da Colheita das Jabuticabas” são imensuráveis e inesgotáveis. Considero importante já anunciar aqui, neste início, que não sou e nem pretendo ser imparcial em minhas pesquisas. Busquei jabuticabas grandes e doces. O distanciamento passivo, a neutralidade e a isenção acadêmicas diante das jabuticabas lançadas nunca foram uma opção para mim. Sou um homem negro e estou no campo em busca de ouvir as minhas e os meus. Sei muito bem qual versão das histórias saio em busca de escutar.

No ato desta pesquisa leva-se em consideração a intencionalidade de quem me contou as histórias. Ao me lançarem as informações, as pessoas com as quais tive interlocução nesse processo e na vida, de modo geral, talvez esperassem que eu já tivesse adquirido habilidades suficientes para capturar aquilo que me fora lançado. Nem todas as jabuticabas são grandes ou saborosas. Algumas ainda estão verdes e outras já estão passadas, até mesmo azedas, e devemos saber e ousar desprezá-las para não sofrer com as consequências depois.

O ARRAIAL DAS PESSOAS PRETAS

Belo Horizonte, a capital do estado de Minas Gerais, inaugurada em 1897, nasceu planejada. Para que fosse edificada, os construtores da nova cidade destruíram e soterraram o povoado então existente no local, o Arraial do Curral Del Rey, construído e habitado pioneiramente por negros. Com a chegada da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), à população negra foi interdito o centro urbano recém-inaugurado, em razão da

ação higienista do Estado, restando-lhe refugiar-se nas periferias e favelas da nova capital.

Os idealizadores e construtores da cidade buscaram efetivar um projeto homogeneizante e hegemônico, estética e culturalmente, como modelo ideal de cidade urbana “moderna”. Privilegiaram compor seu corpo social como expressão e extensão de seu espaço urbano, num esforço para apagar a identidade e a memória daqueles que, anteriormente, haviam inscrito ali suas referências identitárias e seus modos de vida. Ainda hoje, majoritariamente, habitante das periferias e favelas da capital mineira, a população negra criou outras formas de manter suas tradições culturais e religiosas.

O PERCURSO DA PESQUISA

Ao cursar História e Tutela do Patrimônio Cultural na Universidade de Pádua/Itália, em meados de 2011, por ocasião da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, entrei em contato com a professora Giuliana Tomassella, para que ela me acompanhasse na pesquisa a respeito da criação do MUQUIFU, quando fui questionado: *“O que uma favela tem que ‘mereça’ a criação de um museu?”*. Em setembro de 2012 apresentei a pesquisa: *“A criação do MUQUIFU – Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos”*. Retornei imediatamente ao Brasil e o Museu, que já estava em processo de organização, foi inaugurado no dia 20.11.2012.

Ainda em busca de “jabuticabas grandes e doces” que pudessem contribuir para a fundamentação de possíveis respostas à pergunta formulada em 2011, durante minha pesquisa do Mestrado, em 2017, a historiadora Josemeire Alves Pereira me apresentou uma nova questão: *“Padre Mauro, você já ouviu falar a respeito da Capela do Rosário, que foi construída pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no início do século XIX?”*

Nascido em Belo Horizonte e filho de pais também nascidos aqui, ainda hoje me pergunto como nunca tinha ouvido falar dessa história. Surgiu daí a necessidade da criação do Projeto de Pesquisa e Centro de Documentação NegriCidade, dedicado ao resgate do Largo do Rosário e de outros territórios afro-indígenas soterrados na cidade onde nasci, com o objetivo de tentar descobrir quem e porque foram soterrados.

O questionamento de Giuliana Tomasella conduziram as pesquisas da graduação em Pádua (24.09.2012), e do Mestrado (22.02.2018) com a Dissertação “HABEMUS MUQUIFU – Análise da criação e das coleções do Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos”. A provocação de Josemeire Alves, em 2017, iluminou a etapa do Doutorado (17.12.2022), culminando com a Tese sobre “O Patrimônio Sacro da Arquidiocese de Belo Horizonte e o Afro-Patrimônio de Belo Horizonte: da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del Rey (1819) à Igreja das Santas Pretas da Vila Estrela (2018)”. A Dissertação e a Tese foram desenvolvidas na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sob a orientação de Candice Vidal e Souza.

A partir de tais pesquisas e dos questionamentos suscitados no trabalho com o MUQUIFU, surgiu a necessidade de organização dos achados históricos e arqueológicos que demonstrassem a existência de um abundante patrimônio afro-indígena ainda soterrado sob o asfalto de Belo Horizonte. Os levantamentos realizados conduziram à identificação do Largo do Rosário como antigo local onde existia uma Capela - dedicada à Nossa Senhora do Rosário - e o Cemitério dos Pretos, ambos construídos e mantidos pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, do Arraial do Curral Del Rey, Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem, Comarca de Sabará.

Uma farta documentação, composta por fotos e documentos governamentais e eclesiais, vem sendo mapeada, além da investigação geofísica, para identificar ruínas da Capela e do Cemitério, o projeto arqueológico do Largo do Rosário. Esta pesquisa integra o projeto realizado com recursos do Ministério da Igualdade Racial/Governo Federal, via emenda parlamentar apresentada pela ex-deputada federal Áurea Carolina na Lei Orçamentária Anual 2023. Tais avanços abriram um novo capítulo na arqueologia de Belo Horizonte, mostrando como o campo de conhecimento da história da população negra pode contribuir para o enriquecimento da história da cidade, não devendo, portanto, ser negligenciado.

É preciso reparar o apagamento intencional das histórias negras do extinto Arraial do Curral Del Rey e de Belo Horizonte. Os homens brancos procuraram apagar tudo para não deixar vestígios de seus crimes. As pessoas pretas não tiveram outra opção diante da vilania dos senhores e senhoras do

extinto Arraial e da então nascente capital. Resistir, para as pessoas negras e indígenas deste território, nunca foi uma opção, mas uma necessidade. Era resistir ou morrer.



Compromisso da Irman
 dade dos Pretos pntoz de
 Nova Senhora de Rozaria
 ceta na Figueira de Nova
 Senhora da Boa viagem, At
 rual do Curral d'Alto,
 Comarca de Sabará, Dis
 pado de Marianna f.



1207

2. Página 5 do Livro de Compromisso da Irmandade dos Pretos, 1807
 Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa/Portugal.

O LARGO DO ROSÁRIO

Mauro Luiz da Silva

O Reinado fazia-se regularmente na primeira domingo de outubro, dia este de grande gala para os pretos, por ser o de sua festa predilecta. Nesse dia ostentavam-se pelas ruas garbosos, e alegremente dançando ao som cadencioso de seus tambores, de seus adufes e de suas sambucas, produzindo fortes e vibrantes pandorgas – tudo em honra e louvor da Senhora do Rosário, como diziam elles (Dias, 1897, p. 46 e 49-50).

Assim descreve a celebração do Reinado o novo pároco da então Cidade de Minas³, Padre Francisco Martins Dias, personagem ainda pouco conhecido dos belo-horizontinos. Ele assumiu a função de vigário da Igreja Matriz no dia 07.09.1894. Beatriz de Almeida Magalhães, em seu livro *Caso Oblíquo*, de 2009, conta que, por ocasião da festa de Nossa Senhora dos Navegantes (02.02), ele permitia que os *congadeiros* louvassem Nossa Senhora dentro da antiga Matriz. Não temos informações sobre a relação dos Reinados com padres anteriores ao Padre Francisco.

O que se sabe é que, no Arraial do Curral Del Rey, entre 1819 e 1897, existiu a Capela de Nossa Senhora do Rosário, situada no Largo do Rosário, no qual havia um cemitério e demais estruturas adjacentes. Quando Belo Horizonte foi projetada para ser construída justamente na região do Arraial, a Comissão Construtora da Nova Capital considerou a Capela e o Cemitério do Rosário como obstáculos para a execução do projeto da cidade, a serem imediatamente suprimidos da paisagem. A destruição da Capela e o abandono do Cemitério contaram com a autorização do Bispo de Mariana,

³ O distrito criado por Ordem Régia, em 1750, foi denominado de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey. Em 1890, foi renomeado como Arraial de Belo Horizonte. Em 1893, foi elevado à categoria de município e Capital de Minas Gerais, com a denominação de Cidade de Minas. Passou a denominar-se Belo Horizonte em 1901.

Dom Antônio Maria Correia de Sá e Benevides (★Campos dos Goytacazes, 1826 – †Mariana, 1896), em 1894.

Buscando entender sua existência, encontramos um documento encaminhado a Dom João VI, em 1807, no qual a Irmandade dos Homens Pretos do Curral Del Rey solicita autorização para a construção de uma Capela em louvor à “Santíssima Senhora” e pede a confirmação de instalação – no adro da referida Capela – de sepulturas para os irmãos do Rosário. Juntamente com esta solicitação, encaminham o Livro de Compromisso da Irmandade. Para além do aspecto da formalização da Irmandade dos Pretos, destacamos outras informações contidas no Livro de Compromisso.

O texto de abertura do Livro de Compromisso é repleto de preciosas informações sobre os irmãos e irmãs do Rosário e sobre a organização administrativo-financeira e patrimonial da Irmandade, além do seu papel social e espiritual no extinto Arraial do Curral Del Rey. Trata-se de um testemunho fundamental do passado e da experiência de negros, tanto escravizados quanto alforriados e nascidos livres, o que já seria suficiente para merecer ser resgatado e divulgado. O Livro de Compromisso da Irmandade dos Homens Pretos do Curral Del Rey é um patrimônio cultural de grande relevância.

O Compromisso de 1807 nos revela a existência de uma população culturalmente diversa ocupando o Arraial naquele período, formada por pessoas de variada “qualidade” (homens e mulheres brancos, pretos e mestiços) e condição jurídica (livres, escravos, libertos). No Curral Del Rey, como em outras vilas da capitania de Minas Gerais, podemos observar uma ampla diversidade, mobilidade e mestiçagens que se associavam em relação à escravidão, alforrias e dinamismo econômico, cultural e político.

Ainda de acordo com o Termo (1807), algo que podemos observar é que os irmãos do Rosário, brancos ou pretos, eram dotados de uma grande capacidade de mobilização e organização, com atenção às questões burocráticas, captação de recursos financeiros, construção e manutenção da Capela, administração do Cemitério, atendimento aos mais pobres e o cuidado com os enfermos. O documento sugere a importante conquista de espaço de negociação, ora com as autoridades eclesiásticas, ora com as autoridades civis, mesmo que sob o regime de escravidão.

O texto é inspirado em livros de compromisso de outras irmandades, com apresentação da mesa diretora e as funções a serem exercidas por cada

um dos membros. Interessa-nos a distinção dos membros da mesa diretora, os cargos que podem ser ocupados por homens brancos e aqueles que podem ser ocupados por pessoas “de qualquer qualidade”, termo que é utilizado no próprio documento – que emprega também a expressão “libertos”. Como podemos perceber, uma irmandade de homens pretos possui, nos cargos de direção, homens brancos. Por que? Essa é uma pergunta que ainda não temos resposta e exigiria de nós uma pesquisa mais ampla e responsável, incluindo a história de outras irmandades espalhadas pelo país. Destacamos, ainda, outra distinção presente no livro, a de gênero, já que apenas determinados cargos podiam ser ocupados por mulheres.

Cap 1º - Haverá um Juiz, eleito por voto de todos os Irmãos. Haverá um Escrivão, e um Tesoureiro, *ambos brancos*. Haverá também um Procurador. Assim aquele [ilegível] do de Irmãos, que por sua devoção quiserem servir, obrigando-se a guardar as obrigações seguintes. *Será também branco o Procurador. Haverá uma Juíza e Mordomas, das quais se escolherão duas para procuradoras dos doentes desta Irmandade*, procurando saber, se os há, onde, [ilegível] se do Juiz para conforme a possibilidade da Irmandade [ilegível] as suas necessidades, havendo-as. *As Juízas e as Procuradoras* no [ilegível] ano [ilegível] da pagarão de moradas. Os Irmãos de Mesa de cada ano serão do XX, se afim *as Mordomas*. (Livro de Compromisso, Primeiro Capítulo, Arquivo Histórico Ultramarino, 1807. Grifo e negrito nossos).

O Livro de Compromisso revela o papel da Irmandade no Curral Del Rey que, assim como outras irmandades de negros daquele mesmo período, tinha a capacidade de agregar os negros de forma mais ou menos autônoma, dedicadas à devoção de santos católicos, mesmo se tratando de período escravocrata. Tais irmandades funcionavam como sociedade de ajuda mútua. A construção de uma Capela dedicada a uma devoção específica significava um importante passo na luta por representação pública dos negros.

Quem eram esses irmãos e irmãs do Rosário? Quais eram os cargos e funções dos membros da “mesa”? Do Livro de Compromisso, nos capítulos que apresentamos a seguir, destacamos outras informações a respeito da “qualidade” daqueles que poderiam fazer parte da Irmandade, bem como os

procedimentos, taxa de “entrada” e anuidades para esse acesso, além da descrição das funções, obrigações e direitos de cada membro:

Cap 2º - *Toda pessoa de qual q.r qualidade q. quiser ser Irmam desta Irmandade birá a каза do Escrivam pª q. o acente no livro da Irmandade*, e asignará o termo; pagar-se há de entrada hua oitava de ouro, e hum quarto de [?]; e os Irmaons q. e servissem na Meza, nesse ano passado pagarão de anual (Compromisso, 1807, p 6 v, grifo nosso).

Cap 3º - Ao Juiz pertence procurar in.to. q.e os Irmaous sejam zelosos e não falem às suas obrigaçoens, [...] e *fazendo dar bom tratamento aos moveis, e aos ornamentos dela, e evitando q. nada da Fábrica se empreste sem expressa ordem sua; salvo o cazo de urg. Irmandadade*. [...] Cap 5º - *O Procurador zelará assim a conservação*, como o argumento da Irmand.ed, assistindo o pessoal aos actos da m.ma [...]. Cap 6º - O Thezoureiro cuidará na Fabrica da Irmande, *terá de baixo de chave todos os pertences* á m.ma, vigiara q. aprecio não falte, mandando o fazer pª o q. antes p.e em Meza, e m.ma a presentará aconta das dispezas [...] (Compromisso, 1807, p. 7 a 8 v, grifo nosso).

Seus associados contribuíaam por meio do pagamento de uma entrada e taxas anuais já previstas no próprio Compromisso, recebendo, em compensação, assistência na enfermidade ou quando presos, alimentos quando estivessem famintos, acompanhamento espiritual e sepultamento cristão.

Outra importante função das irmandades de pretos era a de apoiar algum dos irmãos escravizados no que se referia à obtenção de sua liberdade, como observamos no capítulo 8º do Compromisso:

Cap 8º - Se um irmam escravo tiver a vontade de seo Senhor pª se libertar, e não tendo todo o seo valor, a Irmandade lhe emprestará o resto, dando fiador acontento, e havendo designação de tempo (Compromisso, 1807, p. 9 v).

Em resposta à solicitação feita pela Irmandade dos Pretos, Dom João autoriza a construção da Capela do Rosário e determina que as autoridades lo-

cais fossem informadas de sua decisão, no caso, o Governador Capitão General de Minas Gerais e o Bispo de Mariana. Eis a resposta de Dom João VI:

Informem com o seu parecer [?] o Governador Capitão General de Minas Gerais, e o Reverendíssimo Bispo de Mariana. Lisboa, 23 de Outubro de 1807. Ilustríssimo Senhor, Dizem os Irmãos da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos do Arraial e Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei que eles têm feito à sua custa e com muita despesa [?] que sustentam, e paramentam, *para aí ter a Senhora Louvada* [...] a fim de obterem a Real Confirmação [?] para uso. Pedimos a Vossa Alteza Real lhe faça mercê mandar passar [?]ção de confirmação na forma requerida. E Rogará Mercê. Expedidas por 3ª via. Em 26 de Outubro de 1807. Conferido. Como Procurador: João Antônio Gomes (Carta Régia, 26.10.1807, p. 1, grifo nosso).⁴

O documento de resposta é praticamente uma cópia do primeiro documento de solicitação e nos chama a atenção a ausência da expressão “Santíssima”, utilizada pela Irmandade dos Homens Pretos no pedido enviado ao Rei, ao se referir à principal motivação dos irmãos do Rosário, que assumem os custos da construção e manutenção do templo. O documento registra a data de seu recebimento (23.10.1807), sua conferência e expedição em três vias (26.10.1807), constituindo-se um dos últimos atos oficiais do então príncipe regente, Dom João VI, em território lusitano, um mês antes do embarque da família real (29.11.1807) rumo ao Brasil.

A CAPELA DO ROSÁRIO

A única descrição existente da Capela foi feita pelo Padre Francisco Martins Dias, pároco da Matriz da Boa Viagem. Nas palavras dele, “a Capela não tinha nada de notável e artístico. (...) Media 8,77m de frente, sobre 30,50m de fundo e 10,13m de alto, sem torres e cercada por um paredão de pedra de 0,35m de espessura, e 1,35m de altura” (Dias, 1897, p.49-50).

⁴ Transcrição do texto original feita pelo Prof. Dr. Tarcísio Botelho, em 03.03.2020.

De acordo com as medidas disponibilizadas pelo sacerdote, a Capela tinha exatos 267,485 m², com paredes com mais de 30cm de espessura, o adro e o cemitério. São dimensões consideráveis, que aumentam a expectativa de que tenham restado vestígios dessas estruturas, apesar dos impactos ocorridos com a implantação do arruamento planejado pela Comissão Construtora da Nova Capital.

O registro iconográfico da época é escasso e, até aqui, identificamos apenas uma foto do Largo do Rosário, arquivada no Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) e no Arquivo Público Mineiro (APM), na qual aparecem a Capela, o perfil da Serra do Curral, o muro que delimita o espaço sagrado e o espaço profano, além de casarios e pessoas.



3. Largo do Rosário

Fonte: Acervo MHAB e APM (1895).

A imagem possibilita termos uma ideia das dimensões da Capela, das edificações em seu entorno, bem como das técnicas e materiais construtivos empregados. A estrutura era rústica e foi edificada com técnicas construtivas típicas dos séculos XVIII e início do XIX. Muitas dessas edificações possuíam apenas a fundação e/ou um barrado de pedra, como parece ser o caso em questão. É possível que muitas partes da Capela tenham sido construídas em pedra, tendo em vista a grande disponibilidade desse material na região do Curral Del Rey.

Com base apenas na foto, fica difícil afirmar qual a técnica empregada, mas é possível visualizar, na nave, uma estrutura em madeira, além das marcas dos esteios e madres, demonstrando que tanto a estrutura de sustentação quanto as vigas intermediárias foram feitas em madeira, enquanto as vedações foram feitas com barro. Percebe-se que a armação do caibramento é diferente nos dois volumes, o que pode ser indício de edificações construídas em períodos diferentes.

O adobe é um material que pode ter sido utilizado para construir as paredes da Capela. É um elemento construtivo pré-manufaturado com duas características importantes: resistência e adaptabilidade. Além disso, tem a vantagem de poder ser estocado. É feito com solo argiloso e fibras vegetais misturados com a água, amassados manualmente ou com os pés. O piso da Capela do Rosário pode ter sido de pedra ou terra batida, que consiste na aplicação direta de barro ou terra e algum tipo de aglomerante rudimentar no chão.

CONFIRMAÇÃO DO COMPROMISSO (1811)

Outro documento referente à Capela foi localizado no Arquivo Público Mineiro: a Confirmação do Compromisso da Irmandade, registrada no Cartório de Ouro Preto, em 30.09.1811. Essa Confirmação foi solicitada pelo então Príncipe Regente, Dom João VI, que, ao receber o Livro de Compromisso da Irmandade, em 1807, determinou a supressão de alguns capítulos. Portanto, a Confirmação do Livro de Compromisso de 1811 é uma nova versão feita pela Irmandade, atendendo as exigências de Dom João VI.

De posse do Livro de Compromisso da Irmandade dos Pretos, Ignácio da Costa Pereira comparece ao cartório de Ouro Preto, então Vila Rica da

Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, e solicita ao tabelião João Baptista de Almeida Saraiva que reduzisse a público instrumento a provisão de Confirmação concedida por Dom João VI – entendida aqui como sendo aquela mesma concedida em outubro de 1807 e tornada pública através desse ato formal.

Observamos que o documento de 1811 não explicita qual é a função de Ignácio da Costa Pereira na Irmandade. Porém, de acordo com os termos do 4º capítulo do Compromisso:

ao Escrivam pertence o cuidado dos livros, fazer acertos de receita, e despeza, e q.do o Juiz não poder assistir p.r alguá causa à sua ocupação, o Escrivam encherá o seo lugar, Presidindo à Irmandade (Compromisso, 1807).

O que nos leva a crer que Ignácio exercesse a função de escrivão da Irmandade naquele momento (30.08.1811), constituindo-se o único irmão identificado nominalmente. De acordo com o 1º capítulo do Compromisso, o cargo de escrivão deveria ser ocupado, obrigatoriamente, por um homem branco. Sobre a Confirmação, o tabelião de Vila Rica registra:

D. João por Graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal, e dos Algarves, d'aquém, e d'além-mar em África, Senhor da Guiné etc. *Faço saber minha Provisão virem que por parte dos Pretos da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Cural d' El Rei se lhe representou que para substancia, as ordens da sua devoção lhes era necessário que eu como era costume lhes confirmasse o Compromisso* (Confirmação, 1811, p. 1, grifo nosso).⁵

O documento confirma as autorizações para a construção da Capela e do Cemitério, apresentadas no documento de 1807, e, a respeito do Cemitério, traz uma novidade em relação ao número de sepulturas – 60 no total – e a quem estas se destinavam. Chama a atenção a descrição do Livro de Compromisso, ao qual se refere Dom João VI, que teria “seis meias fo-

⁵ Transcrição do original feita pela Profa. Dra. Marta Melgaço Neves, em 06.06.2020.

lhas de papel rubricadas”, além de fazer referência ao “capítulo undécimo, a último”, em que a Irmandade solicita permissão para o sepultamento no interior da igreja: “que o haviam pedindo além de mais concessão para na Capela que edificaram conservarem sessenta sepulturas para os irmãos bem feitores” (Confirmação, 1811, p. 1). Esse capítulo é mencionado na Confirmação do Compromisso, citando a negativa da autorização aos sepultamentos dentro da igreja. No entanto, no Livro de Compromisso a que tivemos acesso até o momento, há apenas dez capítulos e nenhuma referência a um décimo primeiro, o que nos leva a crer que há outra versão do Livro, ainda não localizada nos levantamentos desta pesquisa.

E visto o seu requerimento, e o que sobre ele respondeu o Procurador de minha Coroa, e Fazenda Hei por bem confirmar como por esta confiro o dito compromisso escrito em seis meias folhas de papel rubricadas pelo escrivão da minha Real Câmara o qual contém dezessete capítulos, que vão, também por ele assinados (Confirmação, 1811, p. 1).

E não aprovando os capítulos undécimo, a último, e negando-lhe a Licença que pedem para as sepulturas na Igreja ordeno que façam um cemitério separado, onde serão enterrados os irmãos, ficando obrigados a dar anualmente contas ao Provedor das capelas do Distrito na forma da lei (Confirmação, 1811, p. 2).

A questão dos sepultamentos vai além da experiência espiritual e, de acordo com Renato Cymbalista, “as igrejas financiavam-se enquanto se enchiam de mortos” (Cymbalista, 2002, p. 35). Daí a necessidade da intervenção do Estado na administração dos cemitérios e a proibição do sepultamento no interior das igrejas e, neste caso, no interior da Capela do Rosário, motivo principal para o surgimento do Cemitério dos Pretos no Largo do Rosário.

As escassas, porém significativas, informações que reunimos até o presente momento não nos permitem estabelecer o número preciso de pessoas ali sepultadas no período entre a autorização de Dom João VI (23.10.1807) e a chegada da Comissão Construtora da Nova Capital (1894) – quando os sepultamentos passaram a ser proibidos no Arraial. Da autorização à proibição foram 87 anos de sepultamentos, no entanto, é possível que os Irmãos

do Rosário já utilizassem o Cemitério antes do documento de autorização de Dom João VI.

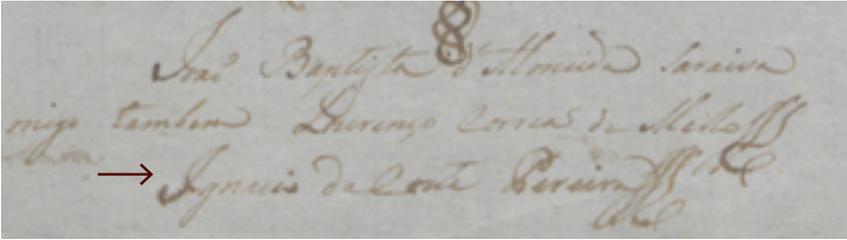
É importante considerar que a população do Arraial era estimada em 15 mil habitantes naquele período, e que no Arraial havia também o Cemitério da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem. Vale destacar que a Capela, o Cemitério e o Largo do Rosário eram referências religiosas do Arraial, utilizados com frequência por uma parcela significativa do Curral Del Rey, que ali se reunia em múltiplas ocasiões, além de ser um local de passagem e fluxo de pessoas. Em conversas com a historiadora Marcelina das Graças de Almeida, pesquisadora da história dos cemitérios da capital mineira, estimamos que, ao longo do período de atividades daquele Cemitério, aproximadamente 160 corpos tenham sido ali sepultados.

Outro ponto interessante a se destacar é que cabe a Dom João VI a função de legislar e atuar como mediador entre a Igreja e a Irmandade, buscando defender os direitos do pároco que viesse a atuar como capelão, no que se refere às celebrações e sepultamentos, garantindo a este o sustento.

[...] com declaração que nunca serão ofendidos os direitos do Pároco e por isso as missas solenes, e acompanhamentos à sepultura, e mais officios e regalias, dele só de licença sua poderá celebrar o capelão (Confirmação, 1811, p. 2).

O documento de Confirmação se encerra com a definição do destinatário a quem fora endereçado, neste caso “ao Governador, e Capitão Geral de Minas Gerais, Ministros” e todos aqueles que dele farão uso e se comprometerão ao seu cumprimento e as formalidades finais, como as assinaturas, inclusive das testemunhas:

Eu João Baptista de Almeida Saraiva Tabelião que o escrevi conferei, e assino com público; e faço testemunho João Baptista Almeida Saraiva E comigo também Lourenço Correa de Mello. Ignácio da Costa Pereira (Confirmação, 1811).



4. Assinatura de Ignácio da Costa Pereira no documento de Confirmação do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

Fonte: Acervo APM (1811).

Não identificamos, até o momento, outros documentos que tragam mais informações sobre a Irmandade dos Pretos e seu patrimônio – Capela e Cemitério – a partir de 1811 até a chegada da CCNC, em 1894. O que constatamos é um silêncio a respeito da Irmandade dos Homens Pretos, visto que não tivemos acesso a nenhuma documentação com registro das cerimônias, missas, funerais, batizados, casamentos, festas ou qualquer atividade desenvolvida naquele espaço. De acordo com a informação de um antigo capelão, monsenhor Geraldo dos Reis Calixto (2012), em entrevista concedida ao *Jornal Estado de Minas*, a Capela do Rosário do Curral Del Rey foi inaugurada no dia 8 de outubro de 1819. Sobre a demolição daquele templo, Calixto, que também atuou como chanceler da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Belo Horizonte (ABH), afirma que “diante do novo traçado de ruas, que davam forma à cidade de Belo Horizonte, viu-se a necessidade de demolir a igreja” (O Estado de Minas, 2012, p. 1).

Outro indício importante da presença da devoção a Nossa Senhora do Rosário no Curral Del Rey, anterior ao século XIX, pode ser testemunhada através da narrativa de Abílio Barreto em sua obra *Memória Descritiva de Belo Horizonte*, ao descrever aspectos artísticos dos altares da antiga igreja Matriz do Arraial, na qual identifica a presença de uma imagem de Nossa Senhora do Rosário:

No corpo da Igreja achavam-se alguns quadros da via-sacra, duas tribunas, dois púlpitos, o coro, com um harmônio, e 4 altares; os do lado do Evangelho, um com o Senhor dos Passos, Nossa Senhora das Dores, S. João Evangelista, Santa Maria Madalena, S. João Batista, S. José,

S. Francisco de Assis, S. Sebastião e, na urna, o Senhor Morto; em outro, Nossa Senhora do Rosário ((Barreto, 1941, edição revisada em 1996).

É na Matriz da Boa Viagem, dedicada à Nossa Senhora da Boa Viagem, que Abílio Barreto identifica a presença da imagem de Nossa Senhora do Rosário, que acolheu ali a devoção à santa até a construção da nova Capela (1819) no Largo do Rosário, no atual cruzamento das ruas da Bahia e dos Timbiras. A Capela do Rosário é exemplo de igrejas que ocupam novas áreas de expansão urbana, muitas vezes nos topos dos morros, como é o caso de Ouro Preto e Mariana.

Os bispos tendiam a reagir às difusas práticas dos fiéis pouco constantes, como os negros e mestiços, os forros e escravizados, que levavam ao abandono da Igreja Matriz, retirando do vigário o capital econômico e o capital simbólico que constituíam os seus poderes político-religiosos. Os moradores do Curral Del Rey instituíram a sua irmandade sob o abrigo da Matriz, mas começaram a diminuir as suas contribuições quando iniciaram a construção de uma Capela própria, dedicada à Senhora do Rosário, inclusive com direito à manutenção de um cemitério.

Da solicitação para a construção do novo templo (1807) à sua inauguração (08.10.1819) decorreram 12 anos e, até a chegada da Comissão Construtora (1894), mais 77 anos. Até a sua demolição (1897/98), o período de atividades na Capela do Rosário dos Homens Pretos e Cemitério da Irmandade foi de 90 anos. Padre Francisco Martins Dias chega ao Arraial em 1894 para assumir a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem como vigário e como capelão da Capela do Rosário e terá sob sua responsabilidade as funções religiosas nas duas igrejas e, obviamente, nos dois cemitérios do Arraial, até 1901, o que faz dele o último vigário do Arraial e o primeiro da nova capital. Ele irá testemunhar a destruição da Capela do Rosário, o abandono dos cemitérios e a dispersão da Irmandade dos Pretos para as periferias e futuras favelas da nova capital.

PADRE FRANCISCO MARTINS DIAS

Salta aos olhos o silenciamento a respeito de tal personalidade negra no imaginário da nova cidade. O nome de Padre Francisco não mereceu ser re-

gistrado na memória da cidade dos brancos. Tal personagem exigiu de nós uma atenção especial e, como gesto de reparação mediante mais esse apagamento intencional, contei com as contribuições preciosas do arquiteto e pesquisador Thiago Alfenas Fialho para trazer algumas informações.

Filho de Antônio Joaquim Pedro Dias e Mathilde Carolina das Dores, Francisco Martins Dias nasceu em Congonhas de Sabará, atual Nova Lima, no dia 01.02.1866. Recebeu as ordens sacerdotais em Mariana, em 1891, quando retornou à sua cidade natal e se tornou responsável pela Matriz de Nossa Senhora do Pilar, até 1894. Em 1895, foi designado para ocupar o posto de último vigário do Arraial e primeiro da nova capital do Estado de Minas Gerais, no qual permaneceu até 1901, quando pediu exoneração. Ao assumir seu novo cargo na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, Padre Francisco, conseqüentemente, assume toda a responsabilidade em relação à Capela do Rosário.

Padre Francisco era um bom pastor de almas. Beatriz Magalhães (2009) se refere ao antigo vigário como um “negro humilde que teve a sorte de estudar em seminário no Brasil pós-abolição” e que tomou para si a missão de registrar, através de crônicas, suas impressões daquele território que, por decisão do governo do Estado, em acelerado processo de transformação, se tornaria a nova capital.



5. Padre Francisco Martins Dias, diretor do Jornal Bello Horizonte (1895)

Fonte: Acervo: MHAB; Restauo digital baseado na imagem original (1895): Thiago Alfenas Fialho (2024).

Padre Francisco foi o idealizador do primeiro jornal da cidade, o *Bello Horizonte*, periódico semanal. Em 1895, quando têm início as obras no Curral Del Rey, Dias funda o jornal com o fim de informar a população local sobre os trabalhos da Comissão. As suas matérias, em forma de crônicas, foram depois compendiadas e publicadas em livro, em 1897, com o seguinte título: *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. Assim, o padre dá uma história à cidade, como ele mesmo afirma no início do seu texto, e o faz sob a perspectiva (por vezes forçada) dos habitantes do Arraial. Em 1902, mudou-se para o município de Araras, em São Paulo, onde viveu até 1907. No ano seguinte, em 1908, migrou para o Rio de Janeiro, onde passou o restante de sua vida.

Na capital fluminense, Padre Francisco foi o responsável pela Irmandade de Nossa Senhora da Penha de França até meados de 1917. Depois disso, supõe-se que tenha abandonado a vida religiosa. Casou-se, por volta de 1919, com Maria Helena Costa e Souza, com quem teve dois filhos: Francisco e Helenita. Entre as décadas de 1920 e 1930, atuou como professor de línguas estrangeiras, tendo sido responsável pela fundação de algumas escolas no Rio de Janeiro. Faleceu em 04 de outubro de 1944, nessa mesma cidade, sendo sepultado no cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo.

MEMÓRIAS E TERRITÓRIOS

Mauro Luiz da Silva

A nova capital foi inaugurada sobre os escombros do extinto Arraial do Curral Del Rey, em 12.12.1897, e alguns anos depois, em 1921, se torna sede da Arquidiocese de Belo Horizonte. Com a chegada do novo bispo diocesano, Dom Antônio dos Santos Cabral, as festas do Reinado passam a ser proibidas em Minas Gerais. O bispo firma uma série de documentos (avisos, cartas, sínodo), direcionados ao clero e à população em geral, determinando o fim dessas celebrações. As ações de Dom Cabral revelam muito mais do que uma individual atitude de intolerância religiosa, mas, sim, uma postura da Igreja Católica em relação às experiências espirituais africanas, quando ele então exerce seu poder em defesa de uma romanização da Igreja local.

As motivações que levaram Dom Cabral a proibir o Reinado não são explicitadas nos documentos acessados ao longo da pesquisa. Porém, tais ações da Igreja nesse território visavam instituir um modelo “puro” de catolicismo:

Dom Antônio dos Santos Cabral [...] prohibio as festas chamadas Reinado [...] em homenagem à virgem do Rosário (Gazeta de Minas, 27.5.1923, p. 1).

Notamos uma convergência de interesses dos poderes constituídos, no sentido de que a cidade idealizada por Aarão Reis atendesse aos apelos da modernidade. E para além das motivações religiosas, detectamos o preconceito ante o negro, como destacamos nesta outra reportagem, publicada a 26.8.1926, no jornal *Gazeta de Minas*:

O mais extraordinário de tudo isto, porém é que há por ai um grupo de pessoas sensatas que se bate pelo Reinado, alegando ser uma velha tradição da cidade. *Não vemos tradição nossa na reprodução de costumes selvagens importados da África*, com as primeiras levas de escravos trazidos d’aquellas paragens. Mas ainda *mesmo que se*

tratasse de uma tradição, não há motivos para conservá-la por tão pouco, de vez que não coaduna com o nosso grau de civilização (Gazeta de Minas, 26.8.1926, p. 1, grifo nosso).

Chamamos a atenção para a relação estabelecida entre os supostos “costumes selvagens importados da África” e os festejos do Reinado, reforçando nossa opinião acerca do profundo distanciamento entre a Igreja Católica e os reinadeiros e o quanto tal relação está vinculada a um olhar preconceituoso, bastante difuso, naquele momento histórico. A reportagem sobre o Reinado, na *Gazeta de Minas*, complementa as informações, demonstrando que a proibição necessitava ser justificada:

O Reinado, além de emprestar ao catholicismo, aparentemente, num certo cunho de idolatria que a sublime religião de Christo absolutamente não tem, atentava da maneira mais grosseira e irrisória contra nossos fóros de cidade civilizada. Era um espetáculo horriavelmente grotesco o que apresentava a cidade durante os dias da célebre festa: ternos de homens e meninos fantasiados, não se sabe de que, a pularem pelas ruas, às vezes durante oito dias, com cantos sem nexo e danças sem estética, debaixo do barulho ensurdecedor das caixas e de outros instrumentos selvagens (Gazeta de Minas, 26.8.1926, p. 1).

Essa segunda reportagem é anterior à Carta Pastoral de Dom Cabral, datada de abril de 1927, na qual o arcebispo sustenta que os Reinados trazem “sempre uma nota humilhante nas festas religiosas” e, por isso, são “particularmente dignos de reprovação”. E continua sua “catequese” informando que os Reinados estão presentes nas procissões, “nas funções da igreja, pretendendo até distinções litúrgicas”. Definitivamente, o modo de celebrar dos negros era algo impossível de ser assimilado por aquele modelo de igreja que se instalava na nova capital.

Diante de tais posicionamentos em relação às manifestações religiosas ligadas ao Reinado, não é de admirar que a história de Belo Horizonte seja contada sem considerar as contribuições das populações negras. Essa “ausência” também pode ser explicada como uma tentativa de ruptura com o nosso passado escravista, já que a nova capital pertence a outro tempo e os que tinham sido escravizados não iriam ocupar aquela “cidade ideal”.

Diante disso, só nos resta tentar contar a história negra da Irmandade – do Curral Del Rey a Belo Horizonte – a partir dos silêncios, das proibições do arcebispo, da repressão ao Reinado, até que, a partir da década de 1930, essa invisibilidade se desfaz, através da vivência da sua religiosidade negra nas periferias e favelas da cidade.

Falar do patrimônio afro-brasileiro de Belo Horizonte revelou-se algo extremamente complexo. Ele foi considerado algo reprovável e alvo de políticas de extermínio por parte da Igreja Católica na ABH, como podemos ver em trecho do Aviso Nº 5, de 1923, em que Dom Cabral proíbe a presença dos Reinados nas igrejas católicas da capital – “lembro de ordens do Sr. Bispo Diocesano, a necessidade de suprimir-se a festa conhecida pelo nome de reinado” (Aviso Nº 5, 1923). Outros documentos seguem nesse mesmo diapasão: “Lamentamos que não tenham ainda desaparecido totalmente os chamados ‘Reinados’ ou ‘Congados’ que põem quase sempre uma nota humilhante nas festas religiosas” (Carta Pastoral, 1927); “Continua expressamente proibido, na Arquidiocese, o ‘reinado’” (Sínodo da ABH, 1944). Sendo assim, nossa pesquisa em torno do patrimônio afro-brasileiro de Belo Horizonte é mais uma tentativa de contribuir com iniciativas que tragam visibilidade a tais histórias e, por isso, optamos por trilhar os caminhos da religiosidade negra e o que sobreviveu de sua expressão na cidade, seguindo os passos do Rosário.

Dentre as possibilidades da esfera do sagrado, no que se refere a seguir os percursos dos irmãos do Rosário, elaboramos uma tabela com todas as irmandades e guardas presentes no território até hoje (Tabela 1). Fomos ao encontro do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, pois mesmo diante das proibições ocorridas durante o bispado de Dom Cabral, as festas nunca desapareceram por completo. Como afirmou Pai Ricardo (2019), “o que era um terço, virou um Rosário”, referindo-se às 53 guardas, reinos, altares, congás e capelas que sobreviveram nas periferias. As causas desse deslocamento das populações negras para as periferias também estão ligadas ao movimento migratório do interior de Minas Gerais para a nova capital.

Nossas pesquisas ainda não foram capazes de determinar com precisão para onde se dispersaram os membros da Irmandade dos Pretos e nem o que de fato aconteceu com eles. Após a destruição da Capela e do Cemitério, em 1894, foi construída uma nova Capela Curial Nossa Senhora do Rosá-

rio, situada, até hoje, na confluência da Avenida Amazonas com as ruas São Paulo e Tamoios. O que teria acontecido imediatamente após a inauguração da nova Capela do Rosário (26.09.1897) e da nova capital (12.12.1897) permanece, ainda hoje, uma pergunta sem resposta, assim como ignoramos o sucedido com os ramos familiares que se movimentaram do interior do estado em direção à nova capital e para onde teriam se deslocado a partir da inauguração de Belo Horizonte.

Sabemos que foram habitar nas bordas, no lado de fora da Avenida do Contorno, nas periferias e favelas da Região Metropolitana; é lá que os encontramos, com suas rezas, danças, cantos e devoções. Mas ainda não nos foi possível estabelecer um vínculo entre essas locomoções e a Irmandade dos Pretos. Muito provavelmente, será bem difícil fazê-lo, talvez por se tratar de gente em constante deslocamento, em constante diáspora, sempre disposta a “levantar acampamento” e partir em busca de outras terras, levando consigo apenas aquilo que de fato lhes pertence: sua história, sua cultura, suas festas e devoções. A respeito dessa experiência de deslocamento, Rafael Gomes Barros, na introdução do catálogo *Percursos do Sagrado* (2014), registra:

O percurso traçado sobre o território das cidades. Aquele que desenha caminhos a partir dos cortejos cerimoniais que atravessam encruzilhadas, visitam e buscam coroas, recolhem e levam bandeiras. Que traceja rotas, embaraçando fronteiras e estabelecendo laços de reciprocidade que implicam trocas e visitas mútuas a se perpetuarem por gerações (Moysés et al, 2014, p. 17).

Para além da notícia da festa de inauguração do novo templo, da presença das “diversas moças [que] carregavam os andores de Nossa Senhora do Rosario, S. Benedicto e Santa Ephigenia” (jornal Minas Geraes, 04.10.1897) e da não referência à Irmandade dos Homens Pretos, não conseguimos identificar nenhuma outra manifestação alvo das proibições de Dom Cabral. Os grupos ligados ao Reinado voltam a ser detectados no território na década de 1930, com o surgimento, em 1933, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá (Ver Tabela 1), ocorrendo, a partir de então, a fundação de diversas guardas e irmandades nas periferias e favelas de Belo Horizon-

te. Ressalta-se que, até hoje, não há registro da fundação de nenhum grupo no interior da Avenida do Contorno, espaço delineado para a nova capital.

Observemos a cronologia de fundação das 53 irmandades e guardas de Nossa Senhora do Rosário registradas no território englobando Belo Horizonte e Região Metropolitana:

No.	Instituição	Ano de Fundação	Localidade
1	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	1807	Largo do Rosário do Curral Del Rey
2	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – Arturos	1832/ 1886	Jardim Vera Cruz – Contagem /MG
3	Guarda de Congado Marujo Nossa Senhora do Rosário - Igreja do Rosário	1874	Nova Lima/MG
4	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Justinópolis	1889	Justinópolis (Centro)/MG
5	Guarda de Congo Velho de Nossa Senhora do Rosário	1900 1942	Bairro Pilar Olhos D'Água
6	Guarda dos Caboclinhos do Divino Espírito Santo	1907 1947	Baldim/MG Bairro Nova Cintra
7	Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário Os Carolinos	1917/ 1960	Bairro Aparecida

No.	Instituição	Ano de Fundação	Localidade
8	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá	1933	Bairro Itaipu/Vale do Jatobá
9	Irmandade Moçambique e Congado de Nossa Sra. do Rosário e São Benedito	1935	Bairro Sapé – Brumadinho/MG
10	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	1936	Bairro Santo André
11	Guarda de Congo São Jorge do Reino de NS do Rosário	1938	Bairro Concórdia
12	Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário	1940	Bairro Nova Granada
13	Guarda de Moçambique e Congo Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário	1944	Bairro Concórdia
14	Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário	1945	Bairro João Pinheiro
15	Guarda de Nossa Senhora do Rosário. Irmandade assentada	1946	Bairro Padre Eustáquio
16	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Ibirité	1950	Centro – Ibirité/MG
17	Guarda de Moçambique de São Sebastião do Reino de Nossa Senhora do Rosário	1954	Bairro Nova Floresta

No.	Instituição	Ano de Fundação	Localidade
18	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Ciriacos	1954	Bairro Novo Progresso – Contagem /MG
19	Guarda de Moçambique Três Coroas de Nossa Senhora do Rosário	1954	Bairro Sagrada Família
20	Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário e São João Batista	1954	Bairro Santo André/ Vila Acaba Mundo
21	Irmandade de Congo e Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	1955	Morro do Papagaio
22	Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário e Patrono São Sebastião	1956	Vila Suzana/Bairro Pirajá
23	Irmandade de Moçambique Nossa Senhora do Rosário	1960	Bairro Nova Gameleira
24	Irmandade dos Devotos de Nossa Senhora do Rosário de Aranhas	1960	Bairro Aranha, Brumadinho/MG
25	Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário do Urca	±1960	Bairro Urca/Serrano
26	Guarda de Marujos São Cosme e Damião e Nossa Senhora do Rosário	1966	Morro do Papagaio
27	Guarda de Marujos Nossa Senhora do Rosário	1966	Bairro General Carneiro, Sabará/MG

No.	Instituição	Ano de Fundação	Localidade
28	Guarda de Caboclos do Divino Espírito Santo	1968	Bairro Selvia – Vespasiano /MG
29	Guarda de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia	1970	Bairro Sagrada Família
30	Guarda de Congo Patrono S. Sebastião e Nossa Senhora do Rosário	1970	Bairro Tupi
31	Moçambique Princesa Isabel	1970	Brumadinho/MG
32	Irmandade Nossa Senhora do Rosário	1972	Bairro Santa Efigênia – Brumadinho/MG
33	Guarda de Congo Feminina Nossa Senhora do Rosário	1973	Bairro Salgado Filho
34	Guarda de Moçambique Nossa Senhora da Guia	1973	Bairro Asteca – Santa Luzia/MG
35	Associação dos Congados Moçambique de Nossa Senhora do Rosário	1976	Conceição de Itaguá – Brumadinho/MG
36	Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário Aparecida	1978	Vila Antena/Cabana
37	Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário	1987	(Jardim América) Bairro Jardim industrial

No.	Instituição	Ano de Fundação	Localidade
38	Congregação de Nossa Senhora do Rosário	1979	Barreiro de Cima - BH
39	Guarda de Moçambique de São Benedito	1982	Bairro Olhos D'Água
40	Guarda de Moçambique e Congo Estrela do Oriente	1985	Bairro Novo Tupi
41	Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário e São José	1987	Bairro: São José/Inconfidência
42	Guarda de Nossa Senhora Auxiliadora	1988	Bairro Nova Cintra
43	Guarda de Congo São Benedito e Senhora do Rosário	1993	Bairro Cabana do Pai Tomás
44	Irmandade Congo e Moçambique de NS do Rosário e São Benedito	1995	Bairro Baronesa/ Santo André
45	Guarda de Moçambique do Divino Espírito S. do Reino de São Benedito	1996	Bairro Aparecida
46	Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário	1998	Bairro Alto dos Pinheiros
47	Guarda de Congo de Santa Isabel e Nossa Senhora da Saúde	1999	Bairro Aparecida 7ª Secção

No.	Instituição	Ano de Fundação	Localidade
48	Guarda de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário	1999	Bairro Serra. Guarda Assentada
49	Guarda de Moçambique São José Operário e Nossa Senhora do Rosário	2000	Bairro Nações Unidas – Sabará/MG
50	Guarda de Congo São Bartolomeu do Reino de Nossa Senhora do Rosário	2000	Bairro Concórdia
51	Guarda de Marinheiros de São Jorge e Nossa Senhora do Rosário	2000	Bairro Sélvia – Vespasiano/MG
52	Guarda de Moçambique São Benedito	2002	Bairro Floramar
53	Guarda de Marujos N. Sra. do Rosário	2002	Bairro Roças Grandes – Sabará/MG

Tabela 1. Irmandades e guardas de BH e Região Metropolitana

Fonte: Silva, 2021; Moysés et al, 2014; Fundação Municipal de Cultura, 2006.

ARQUEOLOGIA POR OUTRAS HISTÓRIAS

Fernando Walter da Silva Costa

Scott Joseph Allen

Jorge Luís Porsani

Letícia Moura Simões de Souza

O Projeto Arqueológico de Identificação e Mapeamento Geofísico do Cemitério e da Capela do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del Rey se iniciou na primeira semana de janeiro de 2021, no auge da pandemia de Covid-19, durante uma reunião com o Padre Mauro, no MUQUIFU. Na ocasião, discutiu-se a possibilidade de ainda restarem vestígios da Capela e do Cemitério na região da atual esquina das ruas da Bahia e dos Timbiras. Essas edificações sobreviveram por quase um século, até serem destruídas, em 1897, durante a construção da nova capital.

Pelas características atuais da área, sabíamos das dificuldades em realizar uma prospecção arqueológica tradicional, pois a região sofreu, nos últimos 130 anos, inúmeras intervenções em seu subsolo (instalações hidráulicas e elétricas, entre outras) recebeu pavimentação (asfalto e concreto) e foi tomada por edificações. Essas obras e intervenções, ocorridas na região entre 1897 e o presente, podem ter destruído completamente quaisquer evidências arqueológicas relacionadas à Capela e ao Cemitério. Ao contrário, nas áreas sem edificações ou naquelas onde as intervenções no subsolo foram menos destrutivas, havia uma certa possibilidade de encontrarmos os vestígios do alicerce da Capela, do adro e do Cemitério.

Para obtermos algum sucesso, seria fundamental buscar os pontos menos impactados na região, bem como utilizar o método mais eficaz e menos invasivo disponível na investigação do subsolo do local.

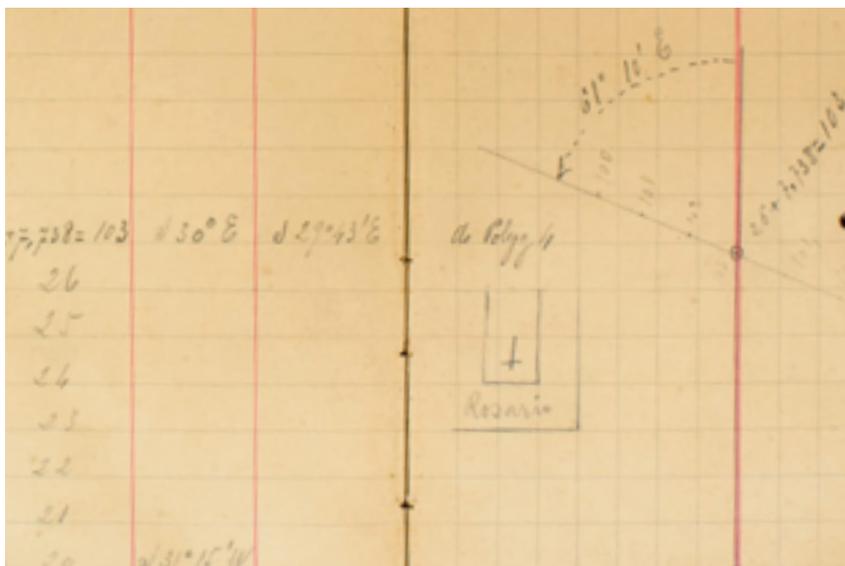
O LOCAL

A Capela do Rosário era uma edificação de dimensões consideráveis para os padrões do Arraial. De acordo com a única descrição existente, tinha uma área de 267,485m² e 10,13m de altura, enquanto o adro de pedras tinha 0,35m de espessura, e 1,35m de altura (Dias, 1897, p.49-50).

Era fundamental localizar, com a maior precisão possível, a Capela e o Cemitério. Em um mapa de 1941, a partir da sobreposição do traçado planejado da nova capital e da planta do antigo Arraial, a Capela aparece situada, como já apontado anteriormente, no cruzamento das ruas da Bahia e dos Timbiras (Barreto, 1941, edição revisada em 1996).

Tal localização foi ajustada graças aos trabalhos de análise e digitalização do acervo de 789 cadernetas topográficas de campo da Comissão Construtora da Nova Capital (1894 e 1898), com dados mais precisos e confiáveis (Santos; Fialho, 2015). A análise indicou que na página 13 da Caderneta N° CCDT002006, a posição da “igreja do Rosário” e do adro estava a aproximadamente 40m a norte do posicionamento indicado no mapa de 1941. Justamente na altura do atual número 1.340 da Rua da Bahia, que, por sinal, é o único local não edificado na região, sediando, atualmente, um estacionamento.

Desse modo, definiu-se uma área de 1.200m² para a investigação arqueológica, que abrangia tanto o ponto indicado pela caderneta quanto a área plotada no mapa de 1941, incluindo o referido estacionamento e as calçadas das ruas da Bahia e Timbiras, no trecho próximo à interseção das duas.



6. Caderneta CCDT002006, com a posição da Capela do Rosário

Fonte: MHAB.

PROSPECÇÃO GEOFÍSICA

O melhor caminho para realizar uma investigação arqueológica eficaz e não intrusiva, num contexto complexo como o do Largo do Rosário, é o emprego de métodos de investigação geofísica, disponíveis atualmente, que permitem o mapeamento do subsolo com resultados acurados, aliando eficiência e não invasividade, indicando com precisão os locais com potencial arqueológico.

Dessa forma, o método geofísico escolhido foi o *Ground Penetrating Radar*/Georadar (GPR), com antenas blindadas de frequência central de 270 MHz. Além de estar menos sujeito às interferências elétricas e magnéticas, passíveis de ocorrer em contextos como o nosso, o GPR funciona sobre concreto e asfalto.

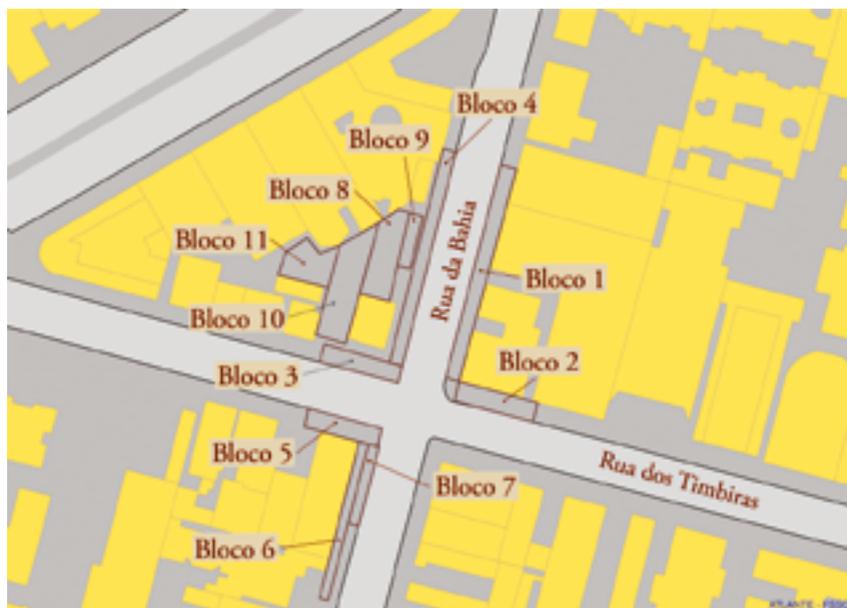
O GPR é capaz de mapear a estratigrafia de subsuperfície em 3D de áreas de diferentes dimensões, o que permite a análise de estruturas e feições enterradas, mesmo entre tubos, cabos, valas e outros materiais. O mapeamento GPR produz resultados análogos às prospecções arqueológicas tradicionais.

Em termos gerais, o princípio da prospecção por georadar envolve a transmissão de ondas eletromagnéticas (EM) por uma antena na ordem de 10 a 2600Mhz (...). Na medida em que as ondas são transmitidas para dentro do subsolo atravessando diversos materiais até os alvos, parte do sinal é refletido, dependendo do contraste das propriedades físicas (condutividade e permissividade dielétrica) dos materiais encontrados: maior contraste entre os materiais implica maior amplitude do sinal refletido sendo registrado no equipamento. O tempo de “reflexão” (da onda indo e voltando à antena) é medido para obter informação quanto à profundidade do alvo. Enquanto algumas ondas são refletidas, outras continuam e são refletidas por outros materiais mais profundos e/ou de propriedades diferentes até a sua atenuação (Allen et al 2017, p. 239).

O diagnóstico geofísico de subsuperfície da região do Largo do Rosário foi realizado em fevereiro de 2024, pela equipe do Prof. Jorge Porsani, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (USP), com consultoria técnica do Prof. Scott Allen, do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

RESULTADOS

A área de pesquisa foi dividida em 11 Blocos. Nos Blocos 1, 2, 3, 4 e 7 não foram verificadas quaisquer anomalias relevantes. Nos Blocos 5, 6, 10 e 11 foram observadas anomalias pontuais, enquanto nos Blocos 8, 9 e 10 ocorreram anomalias lineares. A profundidade alcançada foi de até 4,5 metros.



7. Mapa com os locais onde foram desenvolvidas as investigações geofísicas

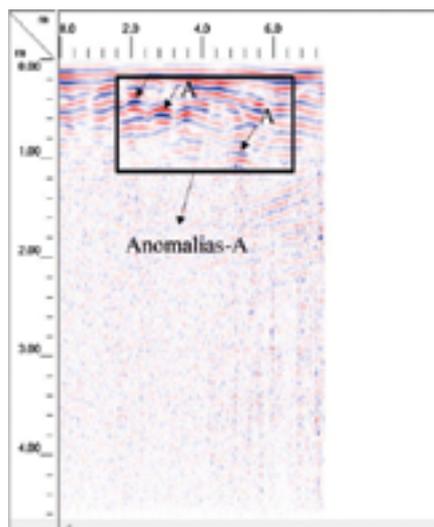
Fonte: Costa, 2024.



8. Fotos da etapa de campo

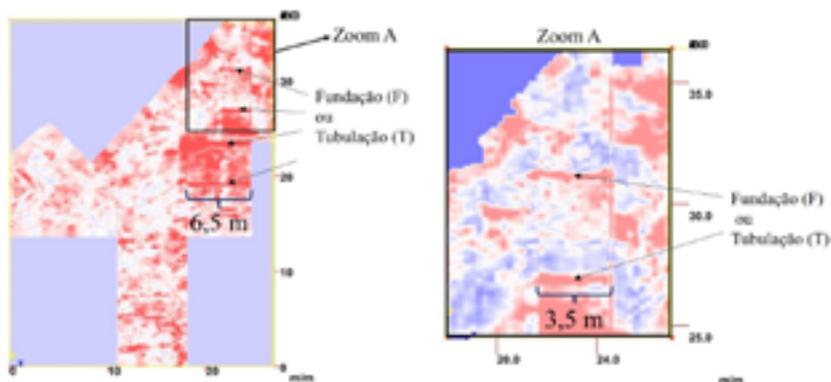
Fonte: Autoria própria.

Os resultados obtidos comprovaram que a escolha pelo método GPR foi acertada, mas estes precisam ser analisados com cuidado. Nada garante que as anomalias pontuais estejam relacionadas aos sepultamentos ou que as anomalias lineares sejam indícios do alicerce da Capela. Tais anomalias podem estar relacionadas a variações litológicas, tubulações ou a restos de construções posteriores ao Largo do Rosário. Todas as questões levantadas só serão respondidas após escavações arqueológicas nos Blocos 5, 6, 8, 9, 10 e 11, que poderão comprovar, ou não, se as anomalias se referem a fragmentos da Capela do Rosário e do Cemitério da Irmandade dos Homens Pretos do Curral Del Rey. Dessa forma, a pesquisa arqueológica não invasiva inicial aponta como encaminhamento a escavação nos referidos blocos, como continuidade do processo de investigação.



9. Perfil GPR de 270 MHz. Largo do Rosário. Estacionamento. Bloco-11. Perfil BH_167 (Posição 6,50 m). Em destaque, retângulo preto com algumas difrações hiperbólicas pontuais, onde as setas indicam o topo dos possíveis alvos.

Fonte: Jorge Luís Porsani.



10. Resultado GPR 3D de 270 MHz. Largo do Rosário. Estacionamento de veículos. Integração dos Blocos 8, 9, 10 e 11. Depth Slice = 0,10 m. Em destaque área em retângulo preto (Zoom A).
Fonte: Jorge Luís Porsani.

Mesmo que durante as futuras escavações arqueológicas não sejam identificadas quaisquer evidências da Capela, do Cemitério ou do adro, a importância do local como referência para a população negra de Belo Horizonte está assegurada e é inquestionável.

A existência da Capela, do Cemitério e do Largo do Rosário independe de comprovação arqueológica. As provas são fartas, com fotos e documentos oficiais e eclesiásticos. E, sem dúvidas, a comprovação máxima da existência do Largo do Rosário do Curral Del Rey veio através de seu reconhecimento e registro como patrimônio imaterial de Belo Horizonte, pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (CDPCM-BH).

Além da investigação geofísica para identificar restos da Capela e do Cemitério, o Projeto Arqueológico do Largo do Rosário abriu um novo capítulo na arqueologia de Belo Horizonte. Como já apontamos, esse campo do conhecimento tem potencial para contribuir para a história da cidade e, por isso, não pode ser negligenciado.

O DIFÍCIL E NECESSÁRIO CAMINHO DA REPARAÇÃO

Mauro Luiz da Silva

Emanuela de Avelar São Pedro

Reivindicamos um conjunto de ações de reparação histórica para aplacar os danos causados pelas injustiças aos nossos antepassados, principalmente negros e indígenas, e, assim, promover a igualdade e combater o racismo estrutural, a intolerância religiosa e tantas outras formas de discriminação. É importante destacar que tais violências não se limitam a eventos históricos. As ações do passado se refletem no presente e nos afetam diretamente, principalmente a grupos e segmentos sociais minorizados. Reparar a história é nos colocar diante dos fatos no presente, reconhecer privilégios e prejuízos, dar voz aos que foram calados e reordenar nossas ações a partir dos aprendizados.

O caminho que percorremos até aqui, desde as pesquisas iniciais sobre patrimônio cultural, nos leva a um caminho de reparação, à medida que damos visibilidade a histórias não contadas e suprimidas da retórica oficial da cidade. Quando você, leitor, lê este livro e se depara com os fatos apurados, você caminha conosco rumo à reparação. Pontuamos aqui alguns marcos desse processo:

CRIAÇÃO DO MUSEU DOS QUILOMBOS E FAVELAS URBANOS

A criação do MUQUIFU, no Morro do Papagaio, em Belo Horizonte, Minas Gerais, veio reconhecer o que a favela tem de importante, valorizando os conhecimentos, a cultura, a arte da população preta e periférica, inscrevendo-as na memória e na vida da cidade. Se, por muitos anos, essa população foi negligenciada pela história, apartada para fora do centro, o

MUQUIFU ergue totens para que as histórias de pessoas simples sejam admiradas, afetem e atravessem aqueles que se colocam diante delas.

Com uma metodologia museal “vegana”, que exclui toda forma de exploração e crueldade contra qualquer ser vivo, todo morador de quilombos e favelas, que queira inscrever sua existência na história da cidade, pode eleger um objeto de afeto para compor o acervo do MUQUIFU. A partir disso, são contadas as histórias das Marias Martas, Januárias, Generosas, Fátimas, Lourdinhas, Emerencianas, Júlias, que marcaram e continuam marcando a vida nas periferias e agora integram a história da cidade.

CRIAÇÃO DO PROJETO NEGRICIDADE

Afetados pela história de um Largo soterrado, o NegriCidade surge com o propósito de pesquisar, ocupar e intervir em outros Territórios Afro-Indígenas de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Tais iniciativas propõem dar evidência às histórias e narrativas pretas que ficaram sob o asfalto cinza da cidade dos brancos, o que já se tornou uma espécie de bordão, repetido a cada intervenção/ocupação, a cada oportunidade de “dizer” e publicizar a denúncia do silenciamento das memórias negras do Curral Del Rey. Entre as ocupações, destaca-se a 3ª, realizada em 29.11.2019, quando foi lançado o Manifesto NegriCidade. A Ocupação⁶ foi um ato simbólico de retomada do território do Largo do Rosário pelo povo preto e suas manifestações religiosas.

⁶ Vídeo 3ª Ocupação NegriCidade: <https://www.youtube.com/watch?v=flPbcIfOt9E>



12. 3ª Ocupação NegriCidade (28.09.2019) e QR code para acesso ao vídeo

Da esquerda para a direita: Tata Kamusende, Makota Kássia Kidoialê, Makota Celinha, Babalorixá Erisvaldo, Pai Ricardo, Rainha Belinha, Padre Mauro, Makota Kizandembu.
Fonte: Alessandro Trigger.

Outro feito importante do NegriCidade foi a criação do Circuito Afro-rurístico “Caminhos do Rosário”. O Circuito é uma ação de educação patrimonial que leva o público a uma imersão nas referências históricas e culturais de matriz africana do antigo Arraial do Curral Del Rey, por meio de uma caminhada pelas ruas que delimitavam o Largo do Rosário e outros marcos territoriais de memória negra, no período que antecedeu a construção da cidade de Belo Horizonte.

Ao longo do “Caminhos do Rosário”, são revisitados os itinerários percorridos pelas populações negras, em especial os grupos de Congado que, resistindo ao racismo e à intolerância religiosa, sobrevivem nas periferias, estabelecendo correlações entre os espaços do extinto Arraial do Curral Del Rey e as favelas de Belo Horizonte. Durante o percurso, são ainda propostas reflexões acerca dos processos de recriação de culturas negro-africanas fora da África.



13. Caminhos do Rosário (2020)

Fonte: Acervo próprio.

O Largo do Rosário foi lugar de referência para manifestações culturais e religiosas da população negra do antigo Arraial do Curral Del Rey. Nesse território eram realizados festejos, encontros intergeracionais e eventos tradicionais da cultura afro-brasileira. O Largo do Rosário é um território que representa identidade cultural, costumes tradicionais, pertencimento, representatividade e a história da população negra de Belo Horizonte.

Em 15.06.2024, o NegriCidade, em parceria com a Agência de Inicativas Cidadãs (AIC), realizou o *Seminário Largo do Rosário: Resgate de um Território Negro*, reunindo pesquisadores, gestores do poder público, simpaticizantes, membros de guardas de Congado e Reinados e todos os envolvidos até hoje com as pesquisas e o compromisso de dar visibilidade e recontar a história da capital mineira a partir da trajetória do povo negro.

O NegriCidade segue pesquisando e intervindo em outros territórios negros da capital, como a região da Praça da Estação, a Fazenda do Leitão (atual Museu Histórico Abílio Barreto), a Praça Milton Campos, Praça da Liberdade e a Serra do Curral.

CRIAÇÃO DE VÍDEO EM 3D DO ARRAIAL DO CURRAL DEL REY

O vídeo foi produzido pelo projeto Paisagens Pitorescas⁷, a pedido do Padre Mauro Luiz da Silva. Estreou em 20 de novembro de 2021 e, até 4 de outubro de 2024, a viagem 3D pelo velho povoado mineiro pouco antes de sua desapareição havia alcançado 54.341 visualizações no Youtube⁸. A criação do cenário virtual foi possível graças a uma longa pesquisa iconográfica, envolvendo fotos antigas, relatos, mapas, pinturas de época e descrições topográficas.



14. Reprodução em 3D do Arraial Curral Del Rey e QR code para acesso ao vídeo

Fonte: Este trabalho surge da colaboração entre o projeto Paisagens Pitorescas do IFMG e o Projeto NegriCidade.

7 Paisagens Pitorescas é uma das ações do Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Preto, e do Núcleo de Estudos da Arte Luso Mineira.

8 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n_mpe-7ffc8

REGISTRO DO LARGO DO ROSÁRIO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Um dos desdobramentos da 3ª Ocupação NegriCidade foi a criação de uma Comissão de Afro-Patrimônio⁹, que propôs à Diretoria de Patrimônio do Município de Belo Horizonte o registro e a demarcação do território do Largo do Rosário: Rua do Rosário, Capela do Rosário e Cemitério da Irmandade dos Homens Pretos, com capacidade para 60 sepulturas. Essa Comissão, a partir de uma escuta e envolvimento direto de comunidades tradicionais negras da cidade, elaborou um dossiê, apresentado ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH).

O parecer favorável à abertura do registro, em agosto de 2021, ressaltou não só as pesquisas como, também, as manifestações que passaram a ocorrer no local, promovidas pela comunidade negra de Belo Horizonte, “resgatando simbolicamente o seu lugar no centro da cidade planejada e buscando seu direito de contar a sua história” (Parecer Técnico de Isabela Tavares Guerra, agosto de 2021, p. 01). O parecer determinou a construção de um plano de salvaguarda com a comunidade afro-brasileira de Belo Horizonte, a construção de um marco físico no local e o apoio de órgãos públicos municipais nas celebrações e eventos no Largo do Rosário.

O processo de registro determinou a instituição de um Comitê Provisório de Salvaguarda que, em julho de 2023, tornou-se um Comitê Definitivo, com o parecer do conselheiro titular Yuri Mello Mesquita, composto por representantes da sociedade civil, dos Reinados, da área acadêmica e do poder público. O Comitê realiza três reuniões anuais, quando são discutidas ações de curto, médio e longo prazo para salvaguarda do Largo do Rosário.

Sem dúvida, a chancela do município reconhecendo o Largo do Rosário como patrimônio cultural e imaterial é um importante passo no caminho da reparação, pois não dá margem a dúvidas sobre a existência da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de tudo o que os registros já revelaram.

9 Membros da Comissão Informal do Largo do Rosário: Padre Mauro Luiz da Silva, Cida Reis, Capitã Elizangela Aparecida Monteiro, Capitão Geraldo Antônio da Silva, Rafael Barros, Mariana Ramos de Moraes, Pai Ricardo de Moura, Rainha Isabel Casimira Gasparino.

COMITÊ DE SALVAGUARDA DO LARGO DO ROSÁRIO

Após o registro foi estabelecida a criação do Comitê de Salvaguarda, que possui as seguintes atribuições: elaborar o Plano de Salvaguarda; submeter o plano à análise e deliberação do CDPC; planejar ações para proteção, divulgação e salvaguarda; analisar, avaliar, orientar e produzir parecer sobre trabalhos e projetos; apoiar atividades de difusão, pesquisa, proteção e ações educativas.

REPARAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA

A reparação por parte da Igreja Católica é de extrema importância para reconhecer sua atitude higienista e racista desde o início da história da cidade de Belo Horizonte. O primeiro passo para essa reparação, podemos dizer, foi a construção, em 2018, de uma igreja de verdade, realizando o sonho de um grupo de mulheres da Vila Estrela/Morro do Papagaio. Esse grupo, formado por 14 mulheres pretas da favela, se reunia num pequeno barracão ali no Morro para fazer suas orações, assistir a missas e conversar sobre assuntos de comunidade. O barracão, que pertencia a uma paróquia próxima, esteve prestes a ser vendido, mas o destino quis dar outro fim a ele: em seu lugar foi erguida a tão idealizada igreja, junto ao MUQUIFU e a uma cozinha, na qual os assuntos de comunidade continuam a ser tratados, regados a bolo, chás e outras guloseimas.

A igreja de verdade foi elevada, em 2024, a Capela Curial Maria Estrela da Manhã, e mais tarde a Oratório Maria Estrela do Amanhã, tendo sua autonomia e especificidade reconhecidas com esses atos formais pela Arquidiocese de Belo Horizonte. Nas paredes dessa igreja está pintado o Afresco Monumental Igreja das Santas Pretas, de autoria dos artistas Cleiton Gomes e Marcial Ávila, que retrata cenas das sete dores e sete alegrias de Maria com pessoas da vida real, moradoras da Vila Estrela. As 14 mulheres sonhadoras hoje estão representadas no Afresco, exaltando a história das mulheres negras da comunidade do Morro do Papagaio.

No entanto, era preciso mais. O Aviso n.5 de Dom Cabral, expedido em 1923, continuava em vigor em Belo Horizonte e cercanias, proibindo a entrada dos Reinados nas igrejas. Foram realizadas no MUQUIFU três edições da Roda de Conversa “Senhor Padre Abre a Porta”, trazendo para a

discussão o papel da Igreja Católica no deslocamento das populações negras do centro do extinto Arraial dos Homens Pretos para as periferias e favelas da cidade dos brancos.

Numas das rodas, realizada em 2023, Isabel Casimira, Rainha do Congo do Reinado Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário e Rainha do Congo do Estado de Minas Gerais, pede a Dom Nivaldo Ferreira, bispo auxiliar de Belo Horizonte, para ser portador de uma Carta Aberta destinada ao Papa Francisco:

[...] Em 1923, ao assumir a recém-criada Arquidiocese de Belo Horizonte, Dom Cabral publicou o Aviso Pastoral nº 5 que proíbe os festejos do “Reinado”. Tal proibição foi reiterada com a promulgação das “Constituições Sinodais do Primeiro Sínodo da Arquidiocese de Belo Horizonte”, em 1944. Esse posicionamento, a meu ver, não condiz com os movimentos de diálogo que temos percebido ao longo do papado do Santíssimo Padre, nem mesmo com as prerrogativas do Concílio Vaticano II. Não podemos completar cem anos dessa norma em vigor. Urge a revogação desse Aviso! [...] (Rainha Isabel Casimira Gasparino, Carta ao Papa Francisco, 06.09.2022).

A partir das demandas apresentadas na Carta da Rainha Isabel ao Papa Francisco, instituiu-se uma Comissão Diocesana de Reparação Histórica, presidida por Dom Nivaldo Ferreira, que continuou promovendo reflexões sobre o combate ao racismo e à intolerância religiosa e sobre a relação da ABH com os Reinados Negros. Muitos frutos foram colhidos com o trabalho dessa Comissão de Reparação. Em 10 de agosto de 2023, 100 anos depois da proibição de Dom Cabral, Dom Walmor Oliveira de Azevedo assinou a revogação do documento que proibia a presença dos Reinados nas igrejas católicas da capital. No mesmo ano, foi criada a Capelania dos Reinados Negros, que acolhe as pessoas e comunidades devotas de Nossa Senhora do Rosário.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DAS MULHERES PRETAS

O projeto Periferia Viva Mulher Negra Morro do Papagaio, realizado pela AIC e pelo Projeto NegriCidade, reuniu, em 2023, mulheres pretas reinadeiras para um feito histórico. Elas leram o Livro de Compromisso da Irmandade dos Homens Pretos do Curral Del Rey, de 1807, e refletiram sobre os papéis e funções que suas ancestrais exerceram ao longo dos séculos. Naquela época, os homens pretos não podiam ocupar os cargos de mesa da Irmandade, quiçá as mulheres! Eram relegadas aos trabalhos que nem os homens pretos eram dignos de realizar. Em 2023, as mulheres pretas do Rosário fundaram a Irmandade das Mulheres Pretas, devolvendo o protagonismo às reinadeiras e atenuando a desigualdade histórica de gênero presente na história da Irmandade.

PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE

O Projeto Largo do Rosário Patrimônio Cultural de Belo Horizonte: Do Arraial dos Pretos à cidade dos brancos foi o vencedor da 36ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 2023, promovido pelo Iphan. Nessa edição o tema definido trata a respeito dos desafios para a promoção da igualdade racial na gestão do Patrimônio Cultural.



15. Padre Mauro recebe o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em Brasília (2023)

Fonte: Mariana Alves (Iphan).

O caminho da reparação continua a ser escrito. A cada novo passo, uma nova luta, novas conquistas. Na medida em que dividimos toda essa histórica com você, convocamos que também faça parte desse feito, para que possamos reconhecer a invisibilização da comunidade negra na história da capital, reconhecer os privilégios das classes dominantes e promover mudanças significativas no presente que aponte para um futuro mais respeitoso e digno.

Essa publicação registra e formaliza na história da cidade de Belo Horizonte o protagonismo dos homens e mulheres pretas na tessitura do cotidiano do Arraial do Curral Del Rey.

OUTRAS JABUTICABAS

Mauro Luiz da Silva

Por ocasião da celebração dos 200 anos da antiga Capela do Rosário do Arraial do Curral Del Rey, em 08.10.2019, um grande silêncio ecoou por parte da Arquidiocese de Belo Horizonte e dos órgãos públicos. Mediante tal silêncio, nos reunimos em torno das causas do Largo do Rosário: descoberta, reconhecimento, retomada, registro patrimonial, escavação arqueológica, retorno, reocupação do território... Passou da hora de romper com o esquecimento. Nos mobilizamos em torno dessa retomada, iniciada pela denúncia, e exigimos o fim de lógicas racistas que definem quais histórias serão contadas nos espaços de memória, nas escolas, nas placas das ruas.

As pessoas que atuam no MUQUIFU, no Projeto NegriCidade e a equipe de arqueologia atuaram como protagonistas nessas ações de reparação e resgate do Largo do Rosário. Atualmente, buscamos promover a difusão da história e cultura negra por meio de atividades como visitas mediadas, palestras, oficinas, seminários, exposições. Foi assim que o antigo Largo do Rosário voltou a compor a paisagem cultural da cidade, não mais como território soterrado, mas como Território Negro de Belo Horizonte, de Minas Gerais e do Brasil.

Nossas movimentações em torno dos afro-patrimônios já trouxeram importantes frutos para o cenário cultural, e representam uma verdadeira retomada ancestral. A disseminação das referências dessa história é motivo de esperança para a salvaguarda daquele Território Negro. É ponto de resistência que traz visibilidade e reconhecimento para iniciativas individuais, para coletivos e pesquisadores que conduzem a cidade para um futuro de valorização das nossas raízes negras. O Largo do Rosário, por mais de um século oculto, está agora despertando novas narrativas que vêm sendo construídas por muitas mãos.

ONDE NASCE O SOL NA CAPELA DO ROSÁRIO

Proponho agora uma brincadeira: tente se lembrar da foto da Capela do Rosário sem voltar imediatamente à página 22. Se você conhece minimamente o território sobre o qual nos debruçamos nestas páginas e se você fez o exercício de prestar atenção às jabuticabas que lhe foram lançadas, será capaz de me dizer em qual lado da Capela do Rosário bate o sol da manhã. Resista. Ainda não vá à página 22. Vasculhe sua memória e tente se recordar que a Serra do Curral compõe o cenário da foto. Mas talvez você não tenha a informação de que ela corre no sentido Leste-Oeste e, sem essa jabuticaba, você não será capaz de me responder de que lado nasce o sol na Capela do Rosário. Agora, sim, volte à foto e solucione esse mistério.

Na Capela do Rosário, o sol da manhã batia na fachada principal. A luz da manhã entrava pela Capela e iluminava o presbitério e, de acordo com a cosmologia cristã, iluminava a imagem principal ali exposta para a devoção: Nossa Senhora do Rosário, a Santíssima Senhora, recebia as primeiras luzes da manhã, quando o “Sol da justiça” entrava pela porta principal do templo. Assim como os discípulos viram o Senhor subir ao céu: *“Pois assim como o relâmpago parte do oriente e brilha até o poente, assim será a vinda do Filho do Homem”* (Mateus 24, 27). Em outra passagem bíblica identificamos outro argumento, quando da ascensão de Jesus ao céu:

E lhes disseram: ‘Homens da Galileia, por que estais aí a olhar para o céu? Este Jesus, que foi arrebatado dentre vós para o céu, assim virá, do mesmo modo como o vistes partir para o céu’ (Atos 1, 11).

Talvez você esteja se perguntando qual é a importância dessa informação, não é mesmo? É porque nem todas as jabuticabas foram lançadas ainda. Como já sabemos, a fachada da Capela do Rosário do extinto Arraial do Curral Del Rey, construída pela Irmandade dos Homens Pretos, era voltada para o sol nascente. E a fachada da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, seguia alguma proposta simbólica/litúrgica? Enfim, a Irmandade dos Homens Pretos, quando teve oportunidade de edificar um templo em homenagem à Nossa Senhora do Rosário, o fez voltado para o sol nascente.

A Igreja Matriz do Arraial não era “orientalizada” e essa informação pode nos ajudar a compreender algo sutil e importantíssimo sobre a Ir-

mandade dos Pretos. Essa era uma jabuticaba que não poderia ter passado despercebida. Sabemos tão pouco a respeito das pessoas negras e indígenas que ocupam esse território há tantos séculos. Nossas histórias ainda não são contadas nas escolas, nos museus, nos livros... As ruas da cidade ainda não fazem homenagens a nenhum de nós, não nos reconhecemos nessa cidade que foi edificada para nos excluir.



16. Mapa que sobrepõe o traçado do Arraial ao desenho das ruas da nova cidade, feito pela Comissão Construtora, 1944

Fonte: Acervo MHAB.

*Se o Senhor não edificar e não guardar a cidade,
em vão trabalharão os que a edificam. (Salmo 127, 1)¹⁰*

Muito difícil concluir minhas reflexões e ter a sensação de não ter lançado todas as jabuticabas. Conforta-me saber que certamente virão outras e outros depois de mim. O Largo do Rosário foi trazido de volta e isso é irrefutável. Os Reinados Negros neste território têm muitas histórias para serem contadas. Em minhas impressões, agora apresentadas na forma deste texto, abordei aspectos de um modelo diverso de religiosidade, aquele das irmandades de Nossa Senhora do Rosário, das pessoas subalternizadas e periféricas que acompanharam o processo de crescimento urbano de Belo Horizonte. A cidade edificada sobre o extinto Arraial não nos assimilou. O projeto evangelizador aqui implantado pelas autoridades católicas não assimila a forma de celebrar dos reinados negros e determina a supressão das festas do Reinado. As populações negras foram, assim, expulsas para as periferias e favelas da nova capital.

Nossa pesquisa busca sempre relacionar o que foi vivido pela Irmandade dos Homens Pretos, no século XIX, com a história da população negra atualmente. Parte dessas histórias são apresentadas hoje no MUQUIFU (localizado à Rua Santo Antônio do Monte, 708 – Vila Estrela, Belo Horizonte) e, por isso, vale a pena que você venha algum dia passar uma tarde conosco para tomar o Chá da Dona Jovem. Identificamos, em nossa pesquisa, vestígios da história do meu povo negro, em constante diáspora, já que ainda não encontramos um lugar onde possamos permanecer, a não ser através da resistência.

10 Salmo lido na inauguração do ramal férreo e da fundação da capital, em 07.09.1893.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, S. J.; PORSANI J. L.; POLUHA, B. Geofísica Arqueológica no Ambiente da Arqueologia Urbana: Proposta Metodológica para Projetos Públicos. **Revista de Arqueologia**, vol. 30 nº 1. 2017.
- BARRETO, A. **Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva – História Antiga e História Media**. Fundação Joao Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. Belo Horizonte, 1996.
- BORSAGLI, Alessandro. **Sob a sombra do Curral Del Rey: contribuições para a história de Belo Horizonte**. Joinville: Clube de Autores, 2017.
- COSTA, F. **Projeto Arqueológico do Largo do Rosário Belo Horizonte/MG - Identificação e Mapeamento Geofísico (Não-Interventivo) do Cemitério e da Capela do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del-Rei** (Relatório Final), Belo Horizonte, 2024.
- CYMBALISTA, R. **Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.
- DIAS, Francisco Martins. **Traços Historicos e Descritivos de Bello Horizonte**; Typ. do Bello Horizonte, 1897. Edição Fac-Similar produzida da Publicadora Digital Xerox Docutech 135. Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Estado da Cultura. 1997.
- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA (Belo Horizonte). **Salve Maria - memória da religiosidade afro-brasileira em Belo Horizonte: reinados negros e irmandades do Rosário**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2006.
- MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. **Caso Oblíquo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- MOYSÉS, Julia; GIBRAN, Elias; PERERÊ, Sérgio (orgs). **Percursos do Sagrado: Irmandades do Rosário de Belo Horizonte e Entorno**. Belo Horizonte, Canal C - Comunicação e Cultura, 2014.
- PEREIRA, J. A. **Histórias familiares, trajetórias e experiências de liberdade de afrodescendentes em Belo Horizonte**, MG. XXVIII Simpósio Nacional de História, Lugares dos Historiadores, Novos e Velhos Desafios. Florianópolis. 2015.
- SANTOS, R, dos; FIALHO, T. A. **Cadernetas de Campo da Comissão Construtora da Nova Capital: Preservação Digital e Horizontes de Estudo**. 2º Congresso Internacional de História e Construção Luso-Brasileira, Porto, 2015.
- SILVA, Mauro Luiz da; CARNEVALLI, Felipe; LOBATO, Paula. Não se esqueça de mim aqui. BDMG Cultural. 29/11/2022. Disponível em: <https://bit.ly/artigo-bdmg>.
- SILVA, Mauro Luiz da. **O Patrimônio Sacro da Arquidiocese de Belo Horizonte e o Afro-Patrimônio de Belo Horizonte: da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Curral Del Rey (1819) à Igreja das Santas Pretas da Vila Estrela** (2018). Tese de Doutorado. PUC-MG, 2021.
- SILVA, Mauro Luiz da. **HABEMUS MUQUIFU: análise da criação e das coleções do Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos**. Dissertação de Mestrado. PUC-MG, 2018.

Fontes Garamond, Marco e Rubik

Papéis Cartão Supremo 300g/m2 e Off Set 90g/m2

Impressão Formato

Tiragem 1.700 exemplares

A arqueologia do Largo do Rosário vem causando essa espécie de movimento sísmico. Pequenos abalos - sutis, mas poderosos - que vão gerando deslocamentos tectônicos e abalando as estruturas do poder. Só descendo às profundezas é possível encontrar os pilares que sustentam essas estruturas, e pouco a pouco desconfigurar isso que parece tão sólido e imutável.

Reforçando nosso direito à invenção da memória, temos uma oportunidade rara de nos reinventar para além da história oficial. Nos arremessos do tempo espiralar, como aprendemos também com Leda Maria Martins, escavar esse terreno é abrir uma janela sobre quem nós fomos, quem nos tornamos e quem podemos ser. Só posso agradecer a honra de ser parte disso tudo.

- *Áurea Carolina*

“Largo do Rosário – do arraial dos pretos à cidade dos brancos” é a reivindicação de que novas camadas e mais personagens sejam registrados na história de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Essa história não teve início com a inauguração da cidade planejada, em 1897. Ela precisa ser contada também pelos habitantes, em sua maioria negros, do Arraial do Curral Del Rey, que existia antes da chegada dos engenheiros e arquitetos imbuídos do propósito da cidade moderna. Esse livro reúne os achados de uma pesquisa que teve início em 2011 e que continua pulsante até hoje, trazendo à borda vozes e presenças apagadas ao longo de muitos anos, fruto de um trabalho insistente de muitos profissionais, entidades e pessoas comprometidas em repovoar a história.

- Emanuela de Avelar São Pedro